

12 JAN 1995

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Um impasse concreto

Subdesenvolvimento é como o câncer. Quando e onde menos se espera, ele ataca. Quem dizia isso era o alagoano Teotônio Vilela, que entendia tanto de câncer como de subdesenvolvimento. Os gestores econômicos dos principais países da América Latina estão conhecendo na carne a verdade da afirmação. Alguns deles caíram na ilusão de terem saído da categoria de subdesenvolvidos através dos cursos que fizeram nas melhores universidades americanas. Aplicaram aos seus países as receitas que lhes foram ensinadas: abriram desmesuradamente as fronteiras, privatizaram as estatais, aumentaram os juros para atrair dinheiro suficiente para cobrir os seus déficits comerciais, arrocharam os salários, aprofundaram o fosso entre ricos e pobres, deixaram indústrias falirem. Em resumo: adotaram o que o ministro Bresser Pereira chama de política de **confidence building**, ou seja, construíram a confiança dos investidores e políticos americanos em seus países fazendo tudo o que lhes era recomendado. Agora, coitados, viram **latins** de novo.

O exemplo mais acabado deste tipo de governante é Carlos Salinas de Gortari. Fez do México o favorito dos investidores nova-iorquinos. Recebeu elogios de todas as cartas de avaliação que os bancos de investimentos produzem. Atraiu 75 bilhões de dólares, cavou um déficit comercial de quase 30 bilhões em um ano, segurou o câmbio. Beleza pura. Até que, a 20 de dezembro, **the cow went to the swamp**. O peso foi desvalorizado, as bolsas despencaram, a operação salvamento montada pelos americanos e japoneses não parece dar resultado. A vaca no brejo, Salinas de Gortari passou de herói a vilão e anda escondido em Israel. No México, não pode sair na rua.

Pedro Malan, Gustavo Franco e os demais membros da equipe econômica insistem em dizer que não corremos o risco de sofrer um "efeito tequilla", ou seja, de sermos amanhã o que é hoje o México. Foi o que o ministro da Fazenda repetiu ontem. Acontece que, para os investidores do Primeiro Mundo, os elogios podem ser individualizados, quando os lucros em um país se tornam extraordinários. Mas, quando os prejuízos aparecem, todos nós so-

mos jogados no mesmo saco de latino-americanos. "Efeito tequilla" ou não, o conjunto das ações cotadas nas bolsas brasileiras vale hoje um terço a menos do que valiam antes da crise mexicana.

As políticas ortodoxamente neoliberais do Banco Central em relação à taxa de juros e ao câmbio, começam a ser duramente contestadas por membros do círculo de conselheiros de Fernando Henrique e pelo conjunto dos agentes econômicos de São Paulo, públicos e privados.

Fernando Gasparian, amigo do peito, esteve duas vezes com o presidente, denunciando a excessiva valorização do real frente ao dólar. Disse considerar uma rematada loucura fabricar-se, de propósito, um déficit comercial, como já aconteceu em novembro e dezembro e se agrava em janeiro. Criticou, ainda, a política de juros altos que, somada à defasagem cambial, tende a inviabilizar as exportações de manufaturados. Fernando Henrique ouviu e não fez comentários. Delfim Netto considera ilusórias as reservas de 40 bilhões de dólares, dado que 25 bilhões são créditos de curto prazo, que entram para aproveitar os juros altos, e 15 bilhões são aplicações especulativas na bolsa. Também ele conversou com Fernando Henrique. O presidente disse-lhe que pretende corrigir a valorização do real, mas não disse quando. Por enquanto, o Banco Central intervém no mercado em sentido contrário, contendo a alta do dólar.

Finalmente, o "Caso São Paulo". A dívida herdada por Mário Covas vai a perto de 40 bilhões de reais. Alkimar Moura, diretor do BC, tucano e paulista, quer cobrar 45% de juros ao ano sobre o dinheiro que repassar. Caso essa taxa se aplicasse sobre o total da dívida, daria 18 bi de juros, quando o orçamento de São Paulo é de 16 bilhões. Yoshiaki Nakano, secretário da Fazenda, igualmente tucano e paulista, autorizado por Covas, diz que podem cobrar o que entenderem que ele só paga os juros internacionais, que são de 5% a 7% ao ano.

Configura-se um impasse, sobre questões concretas, muito mais importantes que as fofocas congressuais que preocupam hoje os políticos.